



Boas práticas de sustentabilidade com ênfase em gestão e gerenciamento de resíduos sólidos

Público-alvo: Profissionais da limpeza lotados no Prédio da Reitoria Unifesp

Período previsto para implementação do projeto: De 4 de julho a 24 de agosto 2024

Dias e horário: Período diurno - Das 10h às 12h – Quinta-feira (semanal)

Carga horária total: 16h (Teórica) 4h (Prática)

Vagas: 20

Local: Presencial – 4º andar do Prédio da Reitoria Unifesp

Coordenador responsável técnico-científico:

Dr. Marcus Vinícius Carvalho Arantes

Vice-coordenação técnico-científica:

Dr. Cássio Giovanni; Ms. Fernanda Justi; Dra. Thaysa Paschoalin.

ODS's contemplados:



Palestrantes: Membros do DGA Unifesp e demais colaboradores (as)

Resumo: A presente atividade de extensão universitária visa ministrar aspectos inerentes à temática de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, junto aos (as) colaboradores (as) da limpeza lotados no Prédio da Reitoria Unifesp. Os tópicos que serão ministrados abordarão os seguintes tópicos: i) Introdução aos Princípios Ambientais; ii) Introdução à Legislação Ambiental; iii) Resíduos Sólidos: Conceitualização; iv) Introdução às etapas de gerenciamento de resíduos sólidos; e v) Segurança do trabalho: gerenciamento de resíduos sólidos.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E RESPECTIVA CESSÃO DE DIREITOS (LEI N. 9.610/98)

Pelo presente instrumento, eu, _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____ domiciliado na cidade/estado _____, AUTORIZO, de forma gratuita e sem qualquer ônus, à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e o Departamento de Gestão e Segurança Ambiental (DGA) Unifesp, a utilização de minha(s) imagem(ns) e/ou voz e/ou de informações pessoais nas campanhas de Educação Ambiental, Formal e Não Formal, promovidas pelo DGA Unifesp e em sua divulgação, se houver, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam no site institucional da Unifesp e DGA, mídia impressa ou social (Instagram, facebook), internet, banco de dados informatizados, multimídia, entre outros, e nos meios de comunicação interna.

A presente autorização e cessão são outorgadas livre e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo à autorizada qualquer custo ou ônus, seja a que título for sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretratável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes.

_____, ____ de _____ de _____.

CEDENTE

Programação: Os tópicos constituintes do projeto estão estratificados:

Data	Módulo	Tópicos abordados
1 04/07	Introdução aos Princípios Ambientais – PARTE I	Conceitualização de termos e princípios legados às temáticas de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos: Hierarquia de resíduos, 3, 5 e 8 R's, prevenção, precaução, responsabilidade compartilhada
Referências		
<p>BORGES, Alexandre Walmott; MELLO, Giovanna Cunha; OLIVEIRA, Mário Angelo. Mecanismos garantidores do direito fundamental ao ambiente na política nacional de resíduos sólidos: análise dos princípios do Poluidor-Pagador e do Protetor-Recebedor. Veredas do Direito. Belo Horizonte, V.7, n.13/14, 2010</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.</p> <p>BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.</p> <p>BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2005. Consumo Sustentável: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005.</p> <p>BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.</p>		

FELL, E. T.; TREMÉA, E. M. O princípio do Protetor- Receptor e o Proambiente: Limites e possibilidade da compensação financeira. In: Âmbito Jurídico, 2008.
KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 7. ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LANSINK, A. De man van de ladder. Ad Lansink's Website, 2023. Disponível em: http://www.adlansink.nl/?page_id=611. Acesso em: 18 dez. 2023.

KOHLER, M.C.M.; PHILIPPI JR, A. Agenda 21 como Instrumento para a Gestão Ambiental. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M.C.F. (Org.). Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005. P. 713-735

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>> Acesso em: 29 de nov. 2023

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Conservation of the Resources of the Biosphere. UNESCO, Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000172/017269eb.pdf>

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> > Acesso em: 29 de nov. 2023

_____ 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <www.onu.org.br >. Acesso em: 14 jan. 2018.

Recyclenation, 2023. The History of the Three R's. Disponível em: <https://recyclenation.com/2015/05/history-of-three-r-s/> . Acesso em: 08 dez. 2023.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs.) Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. 568 p.

2 11/07	Introdução aos Princípios Ambientais – PARTE II	Conceitualização de termos e princípios legados às temáticas de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos: Hierarquia de resíduos, 3, 5 e 8 R's, prevenção, precaução, responsabilidade compartilhada
------------	---	--

Referências

DAILY, Gretchen C. et al. Nature's services. Island Press, Washington, DC, 1997. [Cap. 1 e 2 pp. 1-19]

DIAS, G.F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Concept of Circular Economy. 2020. Disponível em: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/circular-economy/concept>. Acesso em: 05 maio 2020.

LUZ, Beatriz. (Org.). Economia circular Holanda: Brasil: da teoria à prática. 1. ed. -- Rio de Janeiro: Exchange 4 Change Brasil, 2017.

MEADOWS, Donella H. et al. Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. Tradução Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973.

STEFFEN, W.; RICHARDSON, K.; ROCKSTRÖM, J.; CORNELL, S. E.; FETZER, I.; BENNETT, E. M.; BIGGS, R.; CARPENTER, S. R.; DE VRIES, W.; DE WIT, C. A.; FOLKE, C.; GERTEN, D.; HEINKE, J.; MACE, M. G.; PERSSON, L. M.; RAMANATHAN, V.; REYERS, B.; SÖRLIN, S. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. Science, v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015.

UNIDO – UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION. Circular Economy. Vienna, 2020.

Universidade Federal de São Paulo, Resolução nº 113, de 11 de março de 2015 Institui no âmbito da UNIFESP a Política de Excelência em Sustentabilidade Ambiental na UNIFESP (PENSA-UNIFESP) e dá outras providências. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/dga/images/politicas/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA113_-_PENSA.pdf

VEIGA, J. E. Para Entender o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora 34, 2015.

ZWIA - ZERO WASTE INTERNATIONAL ALLIANCE. Zero Waste Definition. 2020. Disponível em: <http://zwia.org/>. Acesso em: 15 dez. 2023.]

3 18/07	Introdução à Legislação Ambiental	Marco Legal Regulatório: Leis, Resoluções, Decretos e Normas relativas aos resíduos sólidos. PRS; Introdução do PGRS; Instrumentos institucionais (PLS, Greenmetric,)
------------	-----------------------------------	---

Referências

ARAGÃO, M. A. S. O Direito dos Resíduos. Ed. Almedina – Caderno do CEDOUA. 2003

BRASIL, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm . Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#art6. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL, Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Diário Oficial da União, 6 de junho de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acessado em 15 de jun de 2020

BELTRÃO, A. F. G. Direito ambiental / Antônio F. G. Beltrão ; 2. ed. rev. e atual - Rio de Janeiro:Forense ; São Paulo: MÉTODO, 2009.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 7. ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG). Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI). Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências, 2012

UI GreenMetric. World University Rankings 2021. UI GreenMetric World University Ranking Background of the ranking. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/rankings/overall-rankings-2021> . Acessado em 20 abr. 2022

_____ Guideline UI GreenMetric World University Rankings 2021 "Universities, UI GreenMetric, and SDGs in the Time of Pandemic". Depok, 2021. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/publications/guidelines/2021/english>. Acessado em 20 abr. 2022

Universidade Federal de São Paulo, Institui a Política de Resíduos Sólidos da Universidade Federal de São Paulo (PRS-UNIFESP) e dá outras providências. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/dga/images/politicas/RESOLU%C3%87%C3%83O_118_-_PRS.pdf

4 25/07	Resíduos Sólidos: Conceitualização	Resíduos sólidos: Conceitualização e especificidades dos tipos de resíduos sólidos gerados em Instituições de Ensino Superior
------------	---------------------------------------	---

Referências

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) n° 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410>. Acesso em: 05 de mai. 2018.

_____. Manual de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

ABRELPE, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020. São Paulo: ABRELPE, 2020.

_____, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2022. São Paulo: ABRELPE, 2022.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 10.004. Resíduos sólidos. Classificação: Rio de Janeiro, 2004. 2004.

BRASIL, Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, 3 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 05 de ago. 2018

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Norma Técnica P4. 262, de agosto de 2007. Gerenciamento de resíduos químicos provenientes de estabelecimentos de serviços de saúde: Procedimento. São Paulo, Brasil. 2007. p. 13.

Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Resolução CONAMA Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, 4 de maio de 2005-B. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br> >. Acessado em: 05 de abr. 2018.

_____ Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br> >. Acessado em: 05 de abr. 2019.

EIGENHEER, E. M. Lixo, vanitas e morte: considerações de um observador de resíduos. EdUFF. Niterói, 2003.

ESTADO DE SÃO PAULO, Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12300-](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12300-16.03.2006.html#:~:text=Artigo%201%C2%BA%20%2D%20Esta%20lei%20institui,e%20%C3%A0%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20sa%C3%BAde)

16.03.2006.html#:~:text=Artigo%201%C2%BA%20%2D%20Esta%20lei%20institui,e%20%C3%A0%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20sa%C3%BAde

Acessado em: 10 de mai 2020.

_____ Decreto nº 54.645, de 5 de agosto de 2009. Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300 de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997, de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 1976. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54645-05.08.2009.html>. Acessado em: 18 de abr. 2022.

FIGUEIREDO, P. J. M. A sociedade do lixo. Piracicaba: Editora Hemus, 2 ed.,1995.

SANTOS, F. H. S. Resíduos de origem eletrônica. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2010.

5 01/08	Parte I Introdução às etapas de gerenciamento de resíduos sólidos	Introdução às etapas de gerenciamento seguro e sustentável de resíduos sólidos; PRGS descrição geral;
------------	--	--

Referências

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) n° 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410>. Acesso em: 05 de mai. 2018.

_____. Manual de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Instrumento de Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Brasília, 2014.

6 08/08	Parte II Introdução às etapas de gerenciamento de resíduos sólidos	- Procedimentos de destinação e disposição final de resíduos sólidos: Impactos nas esferas, ambiental, social, econômica e política; - Atividade prática.
------------	---	--

Referências

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

<p>7 15/08</p>	<p>Segurança do trabalho: gerenciamento de resíduos sólidos (Convidar colaborador (a)) Aparecido de GRU?</p>	<p>- Conceitos de segurança do trabalho aplicáveis ao gerenciamento seguro, responsável e seguro de resíduos sólidos: EPI, EPC e riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, psíquicos etc;</p>
--------------------	--	--

Referências

BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), 2020. Norma Regulamentadora nº 1 – Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais. Publicação: Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Alterações/Atualizações: Portaria SEPRT nº 6.730, de 9 de março de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-01-atualizada-2020.pdf>. Acessado em: 23 de jun. de 2022.

_____ MTP, 2018. Norma Regulamentadora nº 6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI. Publicação: Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Alterações/Atualizações: Portaria MTb nº 877, de 24 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-06.pdf>. Acessado em: 15 de out de 2022.

_____ MTP, 2021. Norma Regulamentadora nº 9 – Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos. Publicação: Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Alterações/Atualizações: Portaria MTP nº 426, de 7 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-09-atualizada-2021-com-anexos-vibra-e-calor.pdf>. Acessado em: 15 de out de 2022.

_____ MTP, 2022a. Norma Regulamentadora nº 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis. Publicação: Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Alterações/Atualizações: Portaria MTP nº 806, de 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt->

br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-20-atualizada-2022.pdf.

Acessado em: 15 de out de 2022.

_____ MTP, 2022b. Norma Regulamentadora nº 25 – Resíduos Industriais. Publicação: Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Alterações/Atualizações: Portaria MTP nº 3.994, de 5 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-25.pdf>. Acessado em: 10 de dezembro de 2022.

_____ MTP, 2015. Norma Regulamentadora nº 26 – Sinalização de Segurança. Publicação: Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Alterações/Atualizações: Portaria MTE nº 704, de 28 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-26.pdf>. Acessado em: 15 de out de 2022.

_____ MTP, 2019. Norma Regulamentadora nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Publicação: Portaria MTb nº 485, de 11 de novembro de 2005. Alterações/Atualizações: Portaria SEPRT nº 915, de 30 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32.pdf>. Acessado em: 15 de out de 2022.

8 22/08	Aula final	- Atividade prática; - Considerações finais; - Avaliação do curso.

Plano de ensino

O presente plano de ensino tem como público-alvo os profissionais de limpeza lotados no Prédio da Reitoria Unifesp, sendo constituído por aulas teóricas e atividades práticas pontuais ministradas durante as aulas e em períodos subsequentes.

Nome: Boas práticas de sustentabilidade com ênfase em gestão e gerenciamento de resíduos sólidos

Público-alvo: Profissionais da limpeza lotados no Prédio da Reitoria Unifesp

Período previsto para implementação do projeto: De 4 de julho a 24 de agosto 2024

Dias e horário: Período diurno - Das 10h às 12h – Quinta-feira (semanal)

Carga horária total: 16h (Teórica) 4h (Prática)

Vagas: 20

Local: Presencial – 4º andar do Prédio da Reitoria Unifesp

Coordenador responsável técnico-científico: Dr. Marcus Vinícius Carvalho Arantes

Justificativa

- A significativa demanda por cursos de extensão voltados à capacitação e sensibilização ambiental dos (às) funcionários (as) da limpeza lotados no Prédio da Reitoria e demais campi;
- O exercício da atribuição de se promover e ministrar atividades de extensão universitária nas IES públicas;
- Promoção da educação ambiental formal e não formal, em consonância com os ditames normativos da Lei federal nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental);
- O exercício das atribuições do Departamento de Gestão e Segurança Ambiental (DGA) Unifesp presentes no art. 2º da Portaria nº 2453/2013 da Unifesp;
- Atendimento aos eixos de promoção de capacitação e sensibilização ambiental, junto à comunidade universitária, inerentes aos Instrumentos de Avaliação de Sustentabilidade, nacional (PLS) e internacional (Greenmetric).

Objetivo

A presente atividade de extensão universitária visa construir um curso concatenado às pedagogias, ativa, humanista e libertadora, sendo composto por temas relativos à gestão e ao gerenciamento, seguro e sustentável, de resíduos sólidos em Instituições e Ensino Superior (IES).

Pretende-se também, junto aos (às) profissionais de limpeza lotados no Prédio da Reitoria Unifesp, a promoção de ambiente de discussão acerca de boas práticas de sustentabilidade em IES, garantindo, contudo, o espaço de fala aos discentes, sobretudo no que tange ao compartilhamento de seus desafios laborais cotidianos e demais sugestões de tópicos a serem abordados em sala de aula.

Em suma, buscar-se-á com esta proposta pedagógica a implementação de um curso orgânico e participativo, alinhando, a cada aula, às demandas e realidade dos discentes participantes

Metodologia

As metodologias que compõe essa proposta pedagógica são:

- Educação libertadora;
- Pedagogia ativa;
- Aulas expositivas teóricas.

Conteúdo programático

O conteúdo programático é composto por:

AULA I (04/07/24): Introdução aos Princípios Ambientais – PARTE I

Conteúdo: Conceitualização de termos e princípios legados às temáticas de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.

Carga horária: 2h teóricas

AULA II (11/07/24): Introdução aos Princípios Ambientais – PARTE II

Conteúdo: Conceitualização de termos e princípios legados às temáticas de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.

Carga horária: 2h teóricas

AULA III (18/07/24): Introdução à Legislação Ambiental

Conteúdo: Marco Legal Regulatório: Leis, Resoluções, Decretos e Normas relativas aos resíduos sólidos. PRS; Introdução do PGRS; Instrumentos institucionais (PLS, e Greenmetric)

Carga horária: 2h teóricas

AULA IV (25/07/24): Resíduos Sólidos: Conceitualização

Conteúdo: Resíduos sólidos: Conceitualização e especificidades dos tipos de resíduos sólidos gerados em Instituições de Ensino Superior

Carga horária: 2h teóricas e 1h prática

AULA V (01/08/24): Introdução às etapas de gerenciamento de resíduos sólidos - PARTE I

Conteúdo: Introdução às etapas de gerenciamento seguro e sustentável de resíduos sólidos; PRGS descrição geral

Carga horária: 2h teóricas e 1h prática

AULA VI (08/08/24): Introdução às etapas de gerenciamento de resíduos sólidos - PARTE II

Conteúdo: Introdução às etapas de gerenciamento seguro e sustentável de resíduos sólidos; PRGS descrição geral

Carga horária: 2h teóricas e 1h prática

AULA VII (15/08/24): Segurança do trabalho: gerenciamento de resíduos sólidos

Conteúdo: Conceitos de segurança do trabalho aplicáveis ao gerenciamento seguro, responsável e seguro de resíduos sólidos: EPI, EPC e riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, psíquicos etc;

AULA VIII: Aula Final

Conteúdo: Atividade prática; - Considerações finais; Avaliação do curso.

Carga horária: 2h teóricas e 1h prática

Referências

ABRELPE, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

_____. Manual de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 20

ARAGÃO, M. A. S. O Direito dos Resíduos. Ed. Almedina – Caderno do CEDOUA. 2003

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 10.004. Resíduos sólidos. Classificação: Rio de Janeiro, 2004. 2004.

BORGES, Alexandre Walmott; MELLO, Giovanna Cunha; OLIVEIRA, Mário Angelo. Mecanismos garantidores do direito fundamental ao ambiente na política nacional de resíduos sólidos: análise dos princípios do Poluidor-Pagador e do Protetor-Recebedor. Veredas do Direito. Belo Horizonte, V.7, n.13/14, 2010

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2005. Consumo Sustentável: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FELL, E. T.; TREMÉA, E. M. O princípio do Protetor- Receptor e o Proambiente: Limites e possibilidade da compensação financeira. In: Âmbito Jurídico, 2008.

LANSINK, A. De man van de ladder. Ad Lansink's Website, 2023. Disponível em: http://www.adlansink.nl/?page_id=611. Acesso em: 18 dez. 2023.

KOHLER, M.C.M.; PHILIPPI JR, A. Agenda 21 como Instrumento para a Gestão Ambiental. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M.C.F. (Org.). Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005. P. 713-735

- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP): NR's 1, 6, 9, 20 e 32

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Conservation of the Resources of the Biosphere. UNESCO,.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.

_____ 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <www.onu.org.br>. Acesso em: 14 jan. 2018.

Recyclenation, 2023. The History of the Three R's.

Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)

Universidade Federal de São Paulo, Resolução nº 113, de 11 de março de 2015 Institui no âmbito da UNIFESP a Política de Excelência em Sustentabilidade Ambiental na UNIFESP (PENSA-UNIFESP) e dá outras providências.

Universidade Federal de São Paulo, Institui a Política de Resíduos Sólidos da Universidade Federal de São Paulo (PRS-UNIFESP) e dá outras providências. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/dga/images/politicas/RESOLU%C3%87%C3%83O_118_-_PRS.pdf

UI GreenMetric. World University Rankings 2021. UI GreenMetric World University Ranking Background of the ranking.

_____ Guideline UI GreenMetric World University Rankings 2021 "Universities, UI GreenMetric, and SDGs in the Time of Pandemic".
Depok, 2021.

Modos de divulgação

Os critérios de avaliação são compostos por:

- Participação dos discentes em sala de aula;
- Realização de atividades pedagógicas;
- Atividades práticas realizadas em ambientes laborais dos discentes.

Estratégica de divulgação

- Promoção do curso com a participação do DGA Unifesp, e Pro-reitorias de administração e de planejamento;
- Promoção no site institucional do DGA Unifesp;
- Envio de emails institucionais Unifesp;
- Mídias sociais do DGA Unifesp.

Recursos

- Projetor para aulas expositivas;
- Visita técnica ao prédio da Reitoria Unifesp

Ementa

O presente projeto de extensão universitária visa atender à demanda de capacitação e sensibilização em educação ambiental junto aos profissionais de limpeza da Reitoria Unifesp, sendo um projeto piloto com potencial de replicação nos demais campi da Unifesp.